



## PROCURADORIA JURÍDICA DA CÂMARA MUNICIPAL

### Parecer n.º 45/2020

Processo n.º 551/2020

*Projeto de Lei Ordinária. Moralidade Administrativa.  
Art. 37 da Constituição da República. Ficha Limpa.  
Considerações.*

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal,

Senhores Vereadores,

Cumpre-nos, mediante a análise jurídica, em caráter opinativo, a manifestação acerca do Projeto de Lei Ordinária, encaminhado pelo Chefe do Poder Executivo a esta Casa, de n.º 38, de 24 de novembro de 2020, que “Institui a ‘ficha limpa municipal’ na nomeação de servidores a cargos comissionados no âmbito da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo e dá outras providências”.

Inicialmente, constata-se que com relação à técnica legislativa e redacional, o mesmo se enquadrou nos preceitos traçados pelo artigo 122 do Regimento Interno da Câmara Municipal, estando perfeito neste ponto, redigido de forma clara, objetiva e precisa. Encontra-se adequado também ao que se refere à necessidade de apresentação de justificativa, consoante dispõe o art. 124 do Regimento Interno da Casa.

Quanto à iniciativa da proposição e à modalidade legislativa eleita, igualmente, o projeto está em consonância com as normas de regência procedimental, uma vez que a matéria é regulamentável por Lei Ordinária, e a competência para iniciativa da proposta é exclusiva do Chefe do Executivo Municipal, conforme disposto na Lei Orgânica do Município.



# Câmara Municipal de Andradas

MINAS GERAIS



Com relação ao mérito, vale dizer, esta procuradoria já se manifestou em Parecer exarado em Projeto de Resolução, de número 2/2017, em que as mesmas regras foram firmadas para a designação de servidores comissionados no âmbito desta Casa de Leis, de maneira favorável, uma vez que exprime materialização do princípio da moralidade administrativa, a rigor do que dispõe o art. 37 da Constituição da República, como exposto na justificativa.

Vale lembrar, nos termos do art. 168 do Regimento Interno aplica-se o quórum da maioria simples dos votos dos Vereadores para aprovação, que deverá acontecer em dois turnos de discussão e votação.

Destarte, por tudo que foi acima exposto, esta Procuradoria opina, s.m.j., de maneira **favorável** ao trâmite do Projeto, com o consequente encaminhamento para as Comissões pertinentes, que deverão analisar o mesmo com relação aos assuntos que tratam, uma vez que não se verificou, sob o ponto de vista jurídico, qualquer falha que pudesse interromper o prosseguimento de seu rito.

Respeitando entendimentos contrários, é o parecer.

Andradas, 2 de dezembro de 2020.

José Antonio Conti Júnior  
Advogado

De acordo com o Parecer:

Hugo Lopes de Barros  
Procurador jurídico-legislativo